

Ao posto oriado na freguesia de Villa Cova á Coelheira, concelho de Villa Nova de Paiva, fica annexada a freguesia de Pendilhe, do mesmo concelho.

Declarado que Povoa e Meadas é uma só freguesia do concelho de Castello de Vide e não duas como foi publicado. Cnstitue um posto só.

Direcção Geral da Justiça, em 1 de abril de 1911.— O Director Geral, *Germano Martins*.

1.ª Repartição

Despachos effectuados na data segulato

Março 31

Exonerado o juiz de paz do districto de Lousã, comarca de Moncorvo e nomeado para este logar Candido Augusto Tavares.

Exonerados o juiz de paz e o escrivão de paz do districto de Moraes, comarca de Macedo de Cavalleiros, e nomeados para estes logares, respectivamente, Antonio Joaquim Maria Affonso e Augusto Fernandes.

Exonerados o juiz de paz, o seu substituto, o escrivão de paz e o official de diligencias de paz do districto de Castello de Paiva, comarca do mesmo nome, e nomeados para estes logares, respectivamente, Antonio Moreira de Freitas, Augusto da Silva Moreira, José da Costa Abreu, e Ernesto Duarte Ferreira.

Exonerado o juiz de paz do districto de Monsul, comarca da Pova de Lanhoso, e nomeado para este logar João Carlos da Fonseca e Cunha.

José Antonio Bordallo Pires e Antonio Pinto da Costa — nomeados, respectivamente, juiz de paz e seu substituto do districto de Almeida, comarca do mesmo nome.

José do Carmo Ferreira — exonerado, como requereu, do logar de substituto do juiz de paz do districto de Mafra, comarca do mesmo nome.

Manuel Ferreira Bastos — nomeado substituto do juiz de paz do districto de Carvalho, comarca da Pova de Lanhoso.

Francisco Ocrio Machado — idem do districto de Villa Verde, comarca do mesmo nome.

Exonerado o substituto do juiz de paz do districto de Moncorvo, comarca do mesmo nome, e nomeado para este logar Manuel José Leandro.

Antonio Julio Guedes — nomeado escrivão do juizo de paz do districto de Lobrigos, comarca do Peso da Regua.

Bacharel Alexandre Cerqueira Amorim — exonerado, como requereu, de ajudante do notario de Vianna do Castello, João Alves Cortês.

Manuel José Paiva de Moraes — nomeado official de diligencias do juizo de paz do districto de Valbom, comarca do Porto.

Luis Rodrigues — nomeado official de diligencias do juizo de direito da comarca de Villa Verde.

Bacharel Albano Ferreira Pinto Coelho — aprovado para ajudante do conservador da comarca de Agueda.

Bacharel João Salema — nomeado substituto do juiz de direito da comarca de Castello de Paiva.

Licenças de que teem de ser pagos os respectivos emolumentos:

Bacharel Joaquim Gonçalves da Costa, juiz de direito da comarca de Mondim de Basto — autorizado a gozar cinco dias de licença anterior.

Bacharel Ernesto de Carvalho e Almeida, juiz de direito da comarca de Alcacer do Sal — trinta dias.

Bacharel José Antonio Maria de Sousa Azevedo, juiz de direito da comarca de Fronteira — quinze dias.

Bacharel José de Ornellas Cisneiros, juiz de direito da comarca de S. Tiago do Cacem — trinta dias.

Bacharel Luis Augusto de Freitas, conservador da comarca de Tabuaco — trinta dias.

Bacharel Manuel Pessoa Ferroira da Fonseca, notario na comarca de Cantanhede — trinta dias.

José Augusto Leite Ribeiro, notario em Santa Marta de Bouro, comarca de Amares — noventa dias, por motivo de doença.

Declara-se que Antonio Rodrigues Teixeira foi nomeado juiz de paz do districto de Porto da Cruz, na comarca de Santa Cruz, e não na comarca do Funchal, como saiu publicado no *Diario do Governo*, de 30 de março findo.

Por ter saído com inexactidão no *Diario do Governo* de 31 de março findo novamente se publica o seguinte despacho:

Março 29

Bacharel José da Encarnação Granado, juiz de direito da comarca de Arraiolos, servindo interinamente na comarca de Benavente — collocado definitivamente nesta comarca. (Tem o visto do Tribunal de Contas, de 30 de março).

Por ter saído com inexactidão no *Diario do Governo* de 22 de março findo novamente se publica o seguinte despacho:

Março 18

José Aires Pereira de Lemos — nomeado, interinamente, fiscal das officinas da Cadegia Penitenciaria de Lisboa. (Tem o visto do Tribunal de Contas, de hoje).

Declara-se sem effeito o decreto de 29 de março ultimo, publicado em 30, que exonerou Manuel Ferreira da Silva e Antonio Alves, respectivamente, juiz de paz e substituto, do districto de Alcanede, comarca de Santarém, e que nomeou para esses logares, respectivamente, Gualdino Jacob e Filipe Inês.

Direcção Geral da Justiça, em 1 de abril de 1911.— O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Attendendo aos merecimentos e mais circunstancias que concorrem na pessoa de Innocencio Camacho Rodrigues, Secretario Geral do Ministerio das Finanças e Director Geral da Fazenda Publica: hei por bem nomeá-lo para o logar de Governador Geral do Banco de Portugal, vago pela exoneração de José Adolfo de Mello e Sousa, decretada em 21 de outubro de 1910.

Paços do Governo da Republica, em 31 de março de 1911.— O Ministro das Finanças, *José Relvas*.

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, que dos individuos nomeados, por portarias de 17 e 24 do corrente mês para, em comissão, formularem o projecto de reforma dos serviços aduaneiros, sejam escolhidos Innocencio Camacho Rodrigues e João da Conceição Alves Pereira, respectivamente, para presidente e secretario da mesma comissão.

Paços do Governo da Republica, em 31 de março de 1911.— O Ministro das Finanças, *José Relvas*.

Direcção Geral da Contabilidade Publica

Repartição Central

Decretos expedidos por esta Direcção Geral em 31 de março de 1911

Domingos Affonso de Albuquerque Coelho de Carvalho, primeiro official da antiga Direcção Geral da Thesouraria — concedida aposentação ordinaria, proposta, com a pensão annual de 600\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1896 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 1 de abril de 1911).

José Francisco de Lencastre, primeiro official da antiga Direcção Geral da Thesouraria — concedida aposentação extraordinaria, proposta, com a pensão annual de 800\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1896 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas, em 1 de abril de 1911).

Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 1 de abril de 1911.— O Director Geral, *André Navarro*.

MINISTERIO DA GUERRA

4.ª Direcção

2.ª Repartição

Tornando-se necessario, para a construcção do ramal de acesso á bateria da Parede, do Campo Entrincheirado de Lisboa, proceder á expropriação de 1:200 metros quadrados de terreno de sementeira, pertencente a Domingos José Ribeiro, situado na freguesia de S. Domingos de Rana, concelho de Cascaes, districto de Lisboa, constante da planta parcelar que fica junta a este decreto: hei por bem decretar, em harmonia com o disposto nas cartas de lei de 11 de setembro de 1861 e 9 de junho de 1871, de utilidade publica e urgente a expropriação do indicado terreno para a construcção do referido ramal de acesso á bateria da Parede.

Paços do Governo da Republica, em 1 de abril de 1911.— O Ministro da Guerra, *Antonio Xavier Correia Barreto*.

5.ª Direcção

1.ª Repartição

Relação dos candidatos admittidos ao concurso aberto pela determinação 23.ª da ordem do exercito n.º 21 (2.ª serie) de 16 de setembro de 1910, para preenchimento das vagas que se derem no posto de alferes do quadro do corpo de officiaes de administração militar, durante o antio civil de 1911, devendo a primeira prova realizar-se na proxima quarta feira, 5 do corrente mês, pelas onze horas da manhã, no edificio do Deposito Central de Fardamentos, no Campo de Santa Clara:

Antonio Alonso Moreira, segundo sargento do grupo de artilharia de guarnição n.º 1.

Hemeterio Augusto de Carvalho Massano, segundo sargento do batalhão de caçadores n.º 2.

João dos Reis Severo, primeiro sargento do batalhão de caçadores n.º 4.

Antonio Augusto da Costa Alves, segundo sargento do regimento de infantaria n.º 2.

Artur Luis Filipe de Magalhães, segundo sargento do regimento de infantaria n.º 4.

Carlos David dos Santos, segundo sargento do regimento de infantaria n.º 7.

Jorge das Neves Larcher, segundo sargento do regimento de infantaria n.º 16.

Secretaria da Guerra, 5.ª Direcção, 1.ª Repartição, Lisboa, 1 de abril de 1911.— O Secretario do jury do concurso, *Adelino Augusto da Fonseca Lage*, capitão de administração militar.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Gabinete do Ministro

Por ter saído incompleto novamente se publica o seguinte decreto com força de lei:

Desde que pela lei de 12 de junho de 1901 se estabeleceu no exercito a promoção por diuturnidade, no posto de alferes para tenente, em todas as armas e especialidades, foi essa lei sendo applicada ás diferentes classes da armada, que a não tinham, por successivos diplomas, sendo o ultimo a carta de lei de 9 de julho de 1903 que remodelou o quadro dos machinistas navaes;

Considerando que actualmente só a classe dos officiaes da administração naval não goza d'essa regalia, e sendo urgente pôr termo a uma situação que de forma alguma se pode considerar justa;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa, inspirado nos sentimentos de justiça e de equidade que constituem a sua norma de proceder, faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extensivo aos guardas-marinhas da administração naval o disposto no § 1.º do artigo 1.º da carta de lei de 9 de julho de 1903, continuando em vigor o artigo 113.º do decreto de 14 de agosto de 1892.

Art. 2.º Os segundos tenentes e guardas-marinhas da administração naval ficam pertencendo a um quadro unico, com um numero de officiaes igual á somma dos que actualmente compõem os dois quadros.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Art. 4.º Este decreto entra immediatamente em vigor.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 28 de março de 1911.— *Joaquim Theophilo Braga*— *Antonio José de Almeida*— *Bernardino Machado*— *José Relvas*— *Antonio Xavier Correia Barreto*— *Amaro de Azevedo Gomes*— *Manuel de Brito Camacho*.

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

Por decretos de 20 do corrente:

Capitão de mar e guerra Antonio José Machado — reformado no mesmo posto com o vencimento mensal de 155\$000 réis, visto contar mais de cincoenta e menos de cincoenta e um annos de serviço para effeitos de reforma, nos termos do artigo 4.º do decreto com força de lei de 14 de fevereiro ultimo e da tabella A annexa ao mesmo decreto. (Visto do Tribunal de Contas de 22 de março de 1911).

Capitão de fragata Ernesto Augusto Gomes de Sousa — reformado no mesmo posto com o vencimento mensal de 145\$000 réis, visto contar mais de quarenta e oito e menos de quarenta e nove annos de serviço para effeitos de reforma, nos termos do artigo 4.º do decreto com força de lei de 14 de fevereiro ultimo e da tabella A annexa ao mesmo decreto. (Visto do Tribunal de Contas de 22 de março de 1911).

Majoria General da Armada, em 31 de março de 1911.— O Major General da Armada, *José Cesario da Silva*, Vice-Almirante.

2.ª Repartição

Despachos effectuados por portaria de 30 do corrente

Promovidos a aspirantes de 1.ª classe a machinista naval os aspirantes de 2.ª classe, Carlos Rodrigues Miranda e Antonio Gomes Ferreira Soares de Mesquita.

Promovido a aspirante de 1.ª classe da administração naval o aspirante de 2.ª classe, José Alves Rodrigues Dias e Castro.

Majoria General da Armada, em 31 de março de 1911.— O Major General da Armada, *José Cesario da Silva*, Vice-Almirante.

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

Annuncia-se, nos termos do decreto de 5 de dezembro de 1910, haver requerido Alexandre Rodrigues Caramello, viuvo e residente na freguesia de Santa Maria de Estremoz, a entrega do espolio e vencimentos em divida de seu filho José Rodrigues Caramello, que foi segundo sargento n.º 2:847-F da 2.ª Divisão do Deposito de Praças do Ultramar e pertencente á provincia de Moçambique, fallecido no Hospital de Rilhafoles em 28 de março de 1910, a fim de que qualquer pessoa que se julgue com direito ao dito espolio e vencimentos requiera por esta repartição dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

7.ª Repartição da Direcção Geral de Contabilidade Publica, em 1 de abril de 1911.— O Chefe da Repartição, *José Augusto Sequeira e Silva*.

Annuncia-se, nos termos do decreto de 24 de março de 1911, haverem requerido:

José de Almeida Alfaiate e sua mulher Maria Joana, do logar e freguesia das Sarnadas de S. Simão, concelho de Oleiros, districto de Castello Branco, a entrega do espolio e vencimentos em divida de seu filho José de Almeida, que foi soldado n.º 80/184 do corpo de policia de Angola, e morto no combate contra os cuamatas no dia 25 de setembro de 1904;

José Manuel de Castro, a entrega do espolio e vencimentos em divida de seu filho Carlos Augusto de Castro, que foi serralheiro-ferreiro n.º 4/527 da 7.ª companhia indigena de infantaria de Moçambique, e fallecido em Tete no dia 20 de março de 1910;

Florinda de Freitas de Noronha Menezes Portugal, residente no Porto, a entrega do espolio e vencimentos em divida de seu filho Orlando de Freitas Noronha Menezes Portugal, que foi segundo sargento n.º 93/607 da 7.ª companhia indigena de infantaria de Angola, e fallecido na mesma provincia em 8 de maio de 1910;

Carolina Augusta de Oliveira, viuva, a entrega do espolio e vencimento em divida de seu filho Jaime Pereira de Oliveira, que foi primeiro cabo n.º 12/895 da 9.ª com-